



GRUPO PARLAMENTAR PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

## **PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 335/XV/1.ª**

### **RECOMENDA AO GOVERNO QUE DESENVOLVA POLÍTICAS DE REGADIO PARA PROMOVER A COMPETITIVIDADE DAS REGIÕES DO INTERIOR**

Há muito que a economia e a população do Continente português se concentram nas zonas mais litorais e nas maiores cidades, em particular nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. O último recenseamento da população é bem prova do efeito avassalador da perda demográfica de muitos territórios, que, progressivamente, se vão tornando mais sombrios, inóspitos e sós: Mértola, que nos anos sessenta tinha mais de 26 mil habitantes, tem hoje apenas pouco mais de 6 mil; Montalegre tinha, em 1960, mais de 32 mil residentes e não chega hoje aos 10 mil...

A concentração populacional e económica tem consequências graves para o País, como um todo. Por um lado, a desertificação humana de áreas cada vez mais extensas daquilo a que, por simplificação, podemos chamar “interior” desperdiça recursos e abre a porta ao abandono progressivo do meio rural e das aldeias e vilas mais pequenas, situação que acentua um círculo vicioso do qual se torna cada vez mais difícil sair: porque as pessoas saem, as atividades económicas não se aguentam, reduzindo as oportunidades e incentivando a saída de ainda mais gente.

Por outro lado, a concentração das pessoas no litoral e nas maiores zonas metropolitanas gera, nesses locais, dinâmicas que atraem ainda mais pessoas, mais oportunidades e mais empregos. A concentração faz, porém, crescer fenómenos de congestionamento urbano (trânsito, poluição, ruído, etc.) que reduzem fortemente a qualidade de vida das famílias, agravam os custos de construção e gestão de infraestruturas públicas e desencadeiam o disparo da pressão urbanística e do custo de bens essenciais como a habitação.

No curto prazo, o dinamismo dos territórios mais desenvolvidos e a afirmação de alguns polos metropolitanos de competitividade económica até poderia ter efeitos positivos para o conjunto do país, desde que arrastasse o desenvolvimento dos restantes territórios e aí alavancasse as oportunidades. Ao fim de quase 50 anos de democracia, porém, é preciso reconhecer que isso não aconteceu. Apesar do esforço que o país fez, através do forte investimento em infraestruturas feito pelo poder local, o fosso entre o desenvolvimento dos territórios tem aumentado, em vez de se reduzir, fazendo com que o País desperdice muitos recursos humanos, naturais, culturais e sociais. Ainda estamos a tempo de enfrentar este falhanço coletivo que está a estrangular o desenvolvimento do País mas, para isso, o reequilíbrio territorial do desenvolvimento tem de se tornar um desígnio nacional e tem de envolver um esforço significativo e persistente dos poderes e dos recursos públicos.

A gravidade da situação e a timidez dos resultados concretos das políticas dos últimos Governos mostram a importância de construir propostas novas e medidas arrojadas para o “interior”, em estreito contacto com os especialistas e os agentes políticos, económicos e sociais.

Por via desta iniciativa parlamentar, o PSD traz à Assembleia da República algumas intervenções de proximidade para garantir o acesso a serviços do Estado social e para melhorar o funcionamento das economias dos territórios do “interior”.

As propostas que se apresentam não têm a pretensão de constituir ainda a verdadeira reforma de que país precisa. Sendo intervenções parciais e de proximidade, elas contribuem, porém, para diminuir a hemorragia populacional e económica atual.

Para o desenvolvimento e coesão territorial é essencial que as políticas públicas criem condições para a viabilidade e competitividade de atividades económicas em regiões do interior. Sendo a atividade agrícola importante nesses territórios,

são necessários instrumentos públicos que potenciem a produção agrícola, melhorando a competitividade dos territórios.

Considerando que em Portugal, e principalmente nos territórios do interior, existe um desfasamento entre o período de maior precipitação e o período de maior necessidade de água nas plantas e árvores, é imperioso que seja feito investimento público no armazenamento das águas da chuva e a sua utilização adequada e sustentável ao longo o ano por atividades humanas, como é a produção de alimentos.

O armazenamento de água, em barragens ou charcas, além de garantir a existência de água no território, cria a possibilidade única de produção agrícola competitiva, em termos financeiros, a única que permite fixar população em territórios com risco de desertificação. Na verdade, o regadio constitui um instrumento decisivo para garantir a competitividade da agricultura nacional, exposta a períodos de secas severas que determinam ainda mais a necessidade da rega.

Neste contexto, o regadio assume-se como fator essencial na coesão territorial e no desenvolvimento socioeconómico, nomeadamente, na criação de riqueza para as atividades que se situam a montante e a jusante da produção agrícola (prestadores de serviços, vendedores de fatores de produção, agroindústrias e serviços), na criação de emprego, e na fixação de população nos territórios rurais.

É urgente dar um maior impulso ao desenvolvimento do Plano Nacional de Regadios, com financiamento adequado e assegurando um aumento da área agrícola em regadio, para impulsionar a competitividade das explorações agrícolas nacionais sendo que o desenvolvimento de uma barragem no rio Ocreza poderia levar à expansão da área de regadio em mais de 750 mil

hectares, o que corresponde a um aumento da produção agrícola superior a 375 milhões de euros.

Pelo exposto, os(as) Deputados(as) do PSD, abaixo-assinados, propõem nos termos constitucionais e regimentais aplicáveis, que a Assembleia da República resolva recomendar ao Governo as seguintes medidas:

- 1- Defina uma política de uso de solos agrícolas, privilegiando as funções para as quais estão catalogados, visando aumentar a área agrícola e a produção florestal competitiva, de modo a reduzir os riscos de incêndio rural.
- 2- Defina uma política da água, impulsionando o desenvolvimento do Plano Nacional de Regadios, com financiamento adequado e assegurando um aumento da área agrícola em regadio, assim promovendo o aumento da competitividade das explorações agrícolas nacionais.
- 3- Adote medidas necessárias e urgentes para a concretização imediata da obra do Circuito Hidráulico de Reguengos de Monsaraz com ligação à albufeira de Alqueva, garantido a todos os seus utilizadores, sobretudo aos empresários agrícolas, o uso pleno desta importante infraestrutura.
- 4- Proceda de forma célere à construção de uma barragem no rio Ocreza que assegure de forma significativa a extensão da área agrícola e consequentemente da produção agroalimentar.
- 5- Execute os projetos relativos ao aproveitamento hidroagrícola da Gardunha Sul.

Palácio de São Bento, 1 de maio de 2023

As(Os) Deputadas(os),

Luís Gomes

João Moura

Sónia Ramos

Sofia Matos

Paulo Ramalho

João Paulo Barbosa de Melo

João Marques

Fátima Ramos

Isaura Morais

Cláudia André

Firmino Marques

Firmino Pereira

Germana Rocha

Maria Gabriela Fonseca

Francisco Pimentel

Guilherme Almeida

Joana Barata Lopes

João Prata

Jorge Paulo Oliveira

José Silvano

Miguel Santos